

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BRASILEIRAS:
SÃO PAULO (1889-1913)**

Aluno: **Marcelo Aparecido de Brito**

Orientadora: Prof. Dra. Ione de Fátima Oliveira

Brasília
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BRASILEIRAS:
SÃO PAULO (1889-1913)**

Monografia de conclusão do curso de graduação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, por **Marcelo Aparecido de Brito** como requisito para obtenção do título de licenciado em História, sob orientação da Professora Dra. **Ione de Fátima Oliveira**

Brasília
2015

À memória de meu pai

À minha mãe, esposa e filho.

Resumo

Este trabalho analisa as atividades econômicas no Brasil, da proclamação da República até 1913, com ênfase na economia cafeeira no estado de São Paulo. As políticas econômicas adotadas pelos ministros da Fazenda, os principais artigos brasileiros de exportação, as inversões de capitais estrangeiros no Brasil e os investimentos da elite paulista na economia cafeeira (cultivo, comércio, financiamento e transporte) são abordadas a partir da síntese da produção historiográfica sobre o tema.

Palavras-chave: economia cafeeira; investimentos estrangeiros; exportações brasileiras; cafeicultores paulistas.

Sumário

Resumo _____	04
Introdução _____	06
Capítulo 1 – Os investimentos estrangeiros no Brasil (1880-1913) _____	09
1.1 –O capitalismo mundial (1870-1914) _____	09
1.2 – O Brasil no contexto do capitalismo mundial _____	12
1.3 –A diversificação dos setores de investimento do capital estrangeiro _____	15
Capítulo 2 – As políticas econômicas _____	17
2.1 – Os ministros da Fazenda e suas políticas econômicas _____	17
2.2 – O Convênio de Taubaté _____	21
2.3 – O câmbio e os setores sociais _____	23
Capítulo 3 - As exportações e as importações (final do século XIX e início do século XX) __	24
3.1 – As exportações brasileiras _____	24
3.1.1 – A borracha _____	24
3.1.2 – O açúcar _____	26
3.1.3 – O cacau _____	27
3.1.4 – O café _____	28
3.2 – Uma economia integrada: exportações e importações _____	29
Capítulo 4 – Os investimentos da elite paulista na economia cafeeira _____	33
4.1 – As ferrovias e o capital _____	33
4.1.1 – O resgate das ferrovias _____	35
4.2 – Os bancos _____	36
4.3 – Um modelo de fazendeiro-empresário _____	38
4.3.1 – As Casas Comissárias e a atuação da Prado Chaves _____	41
Conclusão _____	42
Fontes e Bibliografia _____	44

Introdução

Em 1889, quando se inicia a República no Brasil, o país vive um momento bom de sua economia, se comparado ao início do século em que a economia estivera estagnada. Por volta da metade do século XIX, as exportações brasileiras aumentaram puxadas pela exportação do café; em 1891, a exploração da borracha continuou a crescer assumindo a segunda posição entre as exportações; e o açúcar, que desde o período colonial, era o grande produto de exportação do país vinha perdendo cada vez mais sua importância como artigo de exportação desde 1830. Em contrapartida, ganhou importância no mercado interno.

A partir da segunda metade do século XIX ocorrem mudanças significativas na economia dos países industrializados: as recentes descobertas da química e de usos práticos para a eletricidade possibilitaram grandes melhorias no processo de produção industrial, um bom exemplo disso foi que a energia elétrica passou a ser a principal fonte de força motriz nas fábricas. As novas descobertas fizeram com que alguns artigos que antes não tinham valor comercial se tornassem produtos valiosos, como foi o caso do látex extraído das seringueiras, que aumentou consideravelmente sua participação na pauta de exportação do Brasil após a invenção da indústria de pneumáticos. Ainda no setor industrial houve agrupamentos de pequenas e médias indústrias que formaram grandes conglomerados industriais, mobilizando grandes somas de capitais. Associado a este movimento deu-se o surgimento do capital financeiro, fruto da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Os países em que estas mudanças tiveram maior expressão foram os Estados Unidos e a Alemanha. O desenvolvimento do capitalismo entre 1870 e 1913 será tema do primeiro capítulo da monografia.

As mudanças anteriormente retratadas tornaram possível uma mobilização de capital sem precedentes. Assim, os países que passaram por este processo tornaram-se exportadores de capital, concorrendo com a Inglaterra neste setor, que se encontrava até então em uma posição hegemônica por ter sido o primeiro país a fazer a Revolução Industrial. Os destinos destes capitais variavam de acordo com os interesses dos investidores e/ou governos de cada país. No Brasil, os interesses dos investidores estrangeiros foram nos produtos de exportação, tais como cacau, borracha, açúcar, couros e peles, fumo, algodão¹, café etc. No Brasil, de modo geral, a inserção dos países pioneiros da segunda fase da Revolução Industrial se deu sem muitas complicações e vejamos o porquê:

¹ Este artigo teve grande importância na pauta exportação brasileira durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865)

O imperialismo encontrava no Brasil uma economia que, pela sua origem e a natureza da sua formação, era desde já ajustada ao sistema mercantil europeu do qual resultaria, no seu último desenvolvimento, o sistema internacional capitalista dos nossos dias. Por esta razão, a integração do Brasil na nova ordem imperialista, que no Oriente produzia choques tão grandes e tão profundos, realiza-se sem obstáculos importantes. E a dependência da economia brasileira relativamente ao imperialismo estabelecer-se-á e institucionalizar-se-á, por assim dizer, sem dificuldades nem conflitos maiores.²

O segundo capítulo trata das políticas econômicas dos ministros da Fazenda, começando pelo último ministro do Império, o Visconde de Ouro Preto, e indo até Joaquim Murinho que deixou o Ministério da Fazenda no ano de 1902. Foi dada uma atenção especial às questões monetárias, notadamente às emissões de moeda que a princípio era uma necessidade, devido às mudanças ocorridas com o aumento das exportações e importações e ao trabalho assalariado. Mas o aumento das emissões acabou gerando consequências inesperadas, principalmente por falta de regulação tanto das atividades dos bancos quanto das sociedades anônimas que surgiram em grande número por causa das facilidades geradas pela política econômica de Rui Barbosa, que foi ministro da Fazenda de 1889 a 1891.

Estas emissões de moeda levaram a desvalorização da moeda nacional frente à libra esterlina, de acordo com a paridade estipulada em 1846 de 27 *pence* por mil-réis. A apreciação da moeda brasileira tornou-se uma meta dos novos ministros, em especial Rodrigues Alves e Joaquim Murinho, sendo o último quem dedicou mais energias a fim de resolver o problema monetário. Mas estas políticas conservadoras mexeram com interesses de um setor economicamente poderoso, isso reforçou neles a percepção da necessidade de assumirem o seu papel frente aos rumos do país. Este setor era composto por fazendeiros do café. Após 1906, a política de valorização do café e a caixa de conversão tornaram as políticas econômicas por ministro da fazenda complexas; por este motivo, analisá-las tornou-se além dos objetivos deste trabalho.

O terceiro capítulo aborda as exportações e as importações no período, os produtos de exportação analisados são a borracha, o açúcar, o cacau e o café. Apesar de tratar sobre outros artigos de exportação e outras regiões brasileiras, o foco deste trabalho é a economia cafeeira no estado de São Paulo. Desse modo, assim como no final do capítulo 2, as análises e as exposições dos fatos no capítulo 3 são voltadas para a economia cafeeira paulista. São Paulo experimentou uma circulação monetária em proporções jamais vistas, devido ao aumento das exportações de café, que proporcionou uma entrada considerável de capital, à instituição do

²DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 117.

trabalho assalariado³ e às novas formas de rendimentos vindos de investimentos feitos em outros setores, como ferrovias, bancos etc. Com isso, surgiu uma procura por bens de consumo, principalmente nas cidades, estes produtos em sua maioria precisavam ser importados, inclusive alimentos.

Último capítulo da monografia é dedicado aos investimentos no estado de São Paulo, feitos por fazendeiros paulistas e pelo Estado Brasileiro, visando em primeiro plano resolver problemas relativos ao plantio, transporte e comercialização do café, mas eles não perderam de vista o retorno financeiro que estes próprios investimentos dariam.

Com a crescente demanda por café no mercado internacional associado ao aumento dos preços⁴, a expansão das lavouras de café cada vez mais para o interior do estado de São Paulo, tornou-se necessário buscar soluções para problemas como as dificuldades de transporte do café das fazendas, cada vez mais distantes, para o porto de Santos e as dificuldades de financiamento para os fazendeiros. O estudo destes dois obstáculos à acumulação de capital na economia cafeeira é o objeto deste capítulo. Será também analisado, de forma breve, o perfil destes investidores, com maior ênfase ao caso do atuante fazendeiro-empresário paulista: Antônio da Silva Prado.

³Existiam outras formas de pagamentos, que variavam segundo o tipo de acordo, dentre os quais a meia e o colonato, mas na maioria dos casos, ao menos uma parte era paga em dinheiro.

⁴ O preço do café subiu até 1877 quando atingiu a marca de 16,8 *cents*/libra.

Capítulo 1 – Os investimentos estrangeiros no Brasil (1880-1913)

1.1 – O Capitalismo mundial (1870-1914)

Do último quartel do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o período foi de muitos acontecimentos importantes e de grandes mudanças. Alguns países ocidentais desenvolveram suas indústrias e com isso passaram a ocupar uma posição de vanguarda. Em decorrência destas mudanças estes países começaram a ter interesses em várias partes do mundo, devido à necessidade de conseguir matérias-primas para suas indústrias e novos mercados para seus produtos.

Até por volta de 1870, a Grã-Bretanha era a grande potência econômica, o centro financeiro, possuía a indústria mais produtiva e uma posição de destaque no comércio exterior e “enquanto a expansão do capital à escala internacional esteve baseada na construção de ferrovias e na indústria naval, a Inglaterra deteve uma posição de liderança entre as nações industriais”.⁵ Mas, nas três décadas finais do século XIX a predominância britânica começou a ser desafiada, devido a alguns acontecimentos internos em diversos países. Estes acontecimentos são bem elucidados na seguinte citação de Paul Singer:

a partir de 1870, no âmbito mundial o capitalismo se modifica profundamente: em 1861-65, a escravidão é abolida no Estados Unidos, ao mesmo tempo que a servidão é abolida na Rússia; entre 1868 e 1870, se dá a unificação da Itália e da Alemanha, o que criou condições propícias à rápida industrialização destes países.⁶

Dentre os países mencionados acima os Estados Unidos e a Alemanha se sobressaíram pelo desenvolvimento de suas indústrias. Isso ocorreu devido ao uso de novas tecnologias que surgiram como resultado da aplicação do conhecimento científico à indústria. Desenvolveram-se os setores elétrico e químico, que tiveram grande influência em diferentes setores manufatureiros. Estas e outras mudanças no modo de produção foram posteriormente indicadas como fatores através dos quais a indústria entrou em uma nova fase que ficaria conhecida pela historiografia como “Segunda Revolução Industrial”. Na primeira fase da Revolução industrial as invenções foram feitas por homens com conhecimento prático, o material básico das fábricas

⁵CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil (1860 -1913). Dissertação de mestrado em economia. UNICAMP, Campinas, 1976, p. 58.

⁶FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 3ª ed. São Paulo: Difel, Vol. 1, 1982, p. 347.

era o ferro e o combustível usado pelas máquinas era o carvão. Vejamos as características da segunda fase de acordo com Edward Burns:

De um modo geral, as características que servem para distinguir a Segunda Revolução Industrial da primeira são: 1) a substituição de ferro pelo aço como material industrial básico; 2) a substituição do vapor pela eletricidade e pelos produtos do petróleo como principais fontes de força motriz; 3) o desenvolvimento da maquinaria automática e de um alto grau de especialização do trabalho; 4) o uso de ligas, de metais leves e dos produtos da química industrial; 5) Mudanças radicais nos transportes e comunicações; 6) o desenvolvimento de novas formas de organização capitalista; e 7) a extensão da industrialização à Europa Central e Oriental e mesmo ao Extremo Oriente.⁷

Em 1873 iniciou-se uma crise econômica que durou até 1896. Com a crise, a organização da classe operária, as grandes inversões de capitais que eram necessárias para a instalação das novas maquinarias e o acirramento da competição pelos mercados dos produtos industrializados foram as causas de uma reestruturação das práticas capitalistas. Uma das marcas desta reestruturação foi o desaparecimento das pequenas empresas que em sua maioria pertenciam a núcleos familiares. Estas empresas faliram, foram compradas por empresas maiores ou realizaram-se fusões de empresas em proveito das mais poderosas.

O negócio familiar em pequena escala, que fora típico da primeira fase do industrialismo, tinha na maioria dos casos uma base demasiado estreita para suportar o embate da depressão; nem dispunha sempre de meios de financiamento necessários à instalação da nova, mais complexa e dispendiosa maquinaria. Assim, a crise, ao favorecer a racionalização e a administração unificada, foi um incentivo para a criação de grandes organizações industriais e para a formação de trustes e cartéis; e o processo de concentração, uma vez iniciado, era irreversível.⁸

Com isso, ocorreu uma mudança considerável no funcionamento do capitalismo que até então, em maior ou menor medida, funcionava com base na livre concorrência. Nas décadas finais do século XIX as organizações entraram em entendimentos para fixar os níveis de produção, coordenar os investimentos, fazer a distribuição do mercado e determinar isso por meios de três tipos de agrupamento organizacional: os trustes, as fusões e os cartéis. Falemos um pouco sobre a diferença entre estas formas de agrupamento empresarial. Nos trustes, empresas que fazem um determinado produto se unem a fim de controlarem o preço deste artigo; nas fusões, várias companhias que produzem os mesmos artigos ou artigos relacionados fundem-se em uma grande organização, com a fusão as empresas perdem sua

⁷ BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Porto Alegre: Globo, vol. 2, 1977, p. 674.

⁸ BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 50.

individualidade; por fim, os cartéis. Nesta forma de agrupamento as empresas entram em acordo para a fixação de preços, de cotas de produtos e para dividir entre si os clientes, com o objetivo de restringir a concorrência. Os cartéis, no entanto, não constituem entidades corporativas, isto é, as empresas continuam sendo independentes. Este movimento foi mais forte nos Estados Unidos e na Alemanha.

Nos Estados Unidos, já em 1900, a parte dos trustes representa 50% da produção têxtil, 54% da indústria do vidro, 60% do livro e do papel, 62% da alimentação, 72% das bebidas alcoólicas fortes, 77% dos metais não-ferrosos, 81% da química, 84% do ferro e do aço. (...) Na Alemanha, é o império industrial constituído por Krupp: 7 mil assalariados em 1873, 78 mil em 1913; é a indústria elétrica AEG, que, graças a um fulgurante processo de concentração, controla, em 1911, de 175 a 200 sociedades, emprega mais de 60 mil assalariados.⁹

Outra parte deste movimento foia fusão entre o capital industrial e capital bancário que deu origem ao capitalismo financeiro, ao qual Burns atribuiu as seguintes características: “1) domínio da indústria pelos bancos de investimentos e pelas companhias de seguros; 2) a formação de imensas acumulações de capital; 3) a separação entre a propriedade e a direção; 4) o aparecimento dos *Holdings* ou companhias detentoras”.¹⁰

Em geral, as instituições financeiras ou seguradoras começaram a possuir um grande número de ações que lhes possibilitariam votar nas assembleias ou por meio de empréstimos condicionados, a partir dos quais, conseguiam o direito de representação junto às diretorias. Assim como na indústria houve fusões entre bancos, formando organizações maiores e mais poderosas. Instituições mais sólidas e com um grande volume de capital, que puderam, cada vez mais, investir no grande setor em expansão na época: a indústria. “Cada grande banco era o núcleo financeiro de um conjunto de empresas, mas também, a fim de partilhar os riscos, vários bancos se associavam para patrocinar uma mesma empresa”.¹¹

Com estas mudanças acima relatadas, as economias centrais aumentaram sua capacidade produtiva e com o intuito de proteger suas indústrias, adotaram medidas protecionistas, isso dificultou a entrada de produtos industrializados nos mercados habituais, na Europa e na América do Norte. Isso fez com que os países industrializados tivessem a necessidade de buscar novos mercados para a crescente produção industrial, para inversão do capital excedente e para garantir o fornecimento das matérias-primas necessárias às suas indústrias. Com este intuito os

⁹BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 224.

¹⁰BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Porto Alegre: Globo, Vol. 2, 1977, p. 681.

¹¹BEAUD, Michel. **Op. cit.**, p. 225.

países industrializados buscaram se estabelecer em outras regiões, por meio de colônias na Ásia e na África ou garantir as relações comerciais nos países politicamente independentes.

1.2 – O Brasil no contexto do capitalismo mundial

Como exposto acima a hegemonia britânica passou a ser testada após o crescimento das economias norte-americana e alemã, mas a Inglaterra apesar da “perda de posição relativa de seu setor industrial frente a outras potências, este fato não foi capaz de ameaçar a posição de Londres como centro financeiro internacional”.¹² Mas estes fatos mudaram os destinos dos investimentos britânicos, estes que entre 1860 e 1870 eram, em sua maioria, direcionados à Europa e, sobretudo, aos Estados Unidos, onde a construção de ferrovias absorvia grande volume de capital inglês. Já entre 1881 e 1891, a proporção dos investimentos para o Império Britânico e para a América Latina aumentou sensivelmente, em detrimento da Europa, onde vários países passaram à condição de exportadores de capital.

Com o aumento das atividades econômicas no Brasil, principalmente na região cafeeira, o país passou a ser atrativo para os investimentos estrangeiros. Os investimentos tinham destinos bem específicos, em sua maioria eram direcionados para melhorias nas condições de produção e transporte dos produtos brasileiros de exportação. Com o aumento das cidades, aumentou a procura por bens de consumo e surgiram demandas por serviços básicos, com isso os capitais forâneos passaram a ter destinos mais diversificados. Vejamos alguns dos motivos pelos quais o Brasil e outros países menos desenvolvidos no processo capitalista passaram a ser destinos das exportações de capital, assim como, aumentou-se o interesse por artigos que, por condições ecológicas muito específicas, não podiam ser produzidos nos países centrais, ou ainda, surgiu a demanda por minerais que anteriormente não tinham utilidade:

A demanda por estes alimentos era decorrente dos hábitos de consumo prevalentes nos países industrializados. Hábitos como beber café ou chá, comer chocolate ou bife, fumar charutos ou cigarros na medida em que se difundiam na Europa Ocidental e na América do Norte faziam surgir mercados mundiais para artigos coloniais como o chá, o café, o cacau, a carne ou tabaco. A demanda por matérias-primas não dependia apenas dos hábitos de consumo, mas também de técnicas de produção. A técnica de adubação na agricultura abriu um mercado para o guano do Peru e para o salitre do Chile. A mecanização da indústria de fiação e a tecelagem fez surgir um mercado para o

¹² CASTRO, Ana Célia. *Op. cit.*, p. 92.

algodão. A descoberta da vulcanização da borracha e do uso para a fábrica de pneus fez com que se expandisse a demanda da hévea.¹³

Paul Singer escreveu no artigo, O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930), publicado no livro, **História geral da civilização brasileira**, sobre os objetivos perseguidos pelos investidores dos países centrais nas economias periféricas:

Duas finalidades perseguiram estas inversões: taxa de lucro mais elevadas e o domínio dos mercados internos das Economias Coloniais. A primeira finalidade tornava-se viável na medida em que se tratava de empréstimos a governos, dispostos a pagar elevadas taxas de juros e comissões aos intermediários, ou inversões em obras públicas como ferrovias, cujos riscos eram eliminados por “garantias de juros”, oferecidas pelo poder concedente. A segunda finalidade era atingida mediante o estabelecimento de subsidiárias – ferrovias, companhias de navegação, de bondes, de eletricidade e gás etc. – que naturalmente preferiam importar equipamentos, combustível etc. do país em que se situava a matriz.¹⁴

Na tabela 1 podemos ver que o maior investidor no Brasil, no período 1886-1896, foi a Inglaterra e esta condição não mudou até 1914. Uma característica importante dos investimentos ingleses é que eles foram, de maneira geral, destinados a fim de garantir aos britânicos o controle do setor externo brasileiro, isto é, se manteve ausente dos setores de produção, por exemplo, não adquiriram terras e nem participaram da produção de café, tendo participação neste setor apenas no financiamento. Entretanto, “o capital britânico dominou todas as condições externas, o transporte, o financiamento e comercialização do café”.¹⁵ Quanto à comercialização do café é importante destacar que os Estados Unidos eram o maior consumidor do café brasileiro, uma vez que o produto não se popularizou na Inglaterra, pois os ingleses desde aquela época já preferiam chá. Mas apesar disso os britânicos dominavam o comércio de café tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa.

Os investimentos britânicos no Brasil tiveram considerável “expansão entre 1890 e 1913, quando atingiram 223,9 milhões de libras esterlinas. Mais da metade desta soma (117,4 milhões) é representada por empréstimos ao governo Brasileiro, sendo o restante inversão privada, provavelmente a maior parte em construção ferroviária”.¹⁶ Quanto aos empréstimos ao governo brasileiro vemos na citação acima que representa boa parte do capital vindo de fora: esta forma de investimento tinha a preferência dos exportadores de capital, pelas condições em que os contratos eram feitos. Os governos se dispunham a pagar elevadas taxas de juros e ainda

¹³ FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 3ª ed. São Paulo: Difel, Vol. 1, 1982, p. 352.

¹⁴ Ibidem, p. 363.

¹⁵ Ibidem, p. 367.

¹⁶ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 364.

comissões e despesas. Segue um exemplo de como estes empréstimos eram feitos: em 1886 foi feito um empréstimo pelo governo imperial, com emissão do tipo 95%, no valor real de 6.000.000 libras e no valor nominal de 6.431.000 libras. Na citação abaixo de Edgard Carone, vê-se os detalhes deste acordo:

Por este exemplo, vê-se que o contrato foi de 6.431.000 libras, mas o Brasil recebeu somente 6.000.000, estando incluída a diferença em comissões, outras despesas de negociação e tipo de emissão. O tipo de emissão significa que de cada 1 000 libras, os banqueiros estrangeiros entregam só 950; o empréstimo de 1829, feito ao tipo 52, significou que foram entregues 520 libras para cada 1 000 contratadas etc. Esta porcentagem varia segundo cada contrato e a negociação concluída. O que se dá é que a diferença, não entregue, fica não mãos dos banqueiros europeus, mas o Brasil paga os juros sobre o total da dívida, isto é, seu valor nominal.¹⁷

Este acordo de 1886 não foi um dos mais onerosos, pois o tipo de emissão não foi tão desvantajoso para o governo brasileiro quanto o de 1829, que foi do tipo 52. Em outros empréstimos ainda poderiam surgir mais custos como, por exemplo, despesas com o frete e seguro do transporte do dinheiro até o Brasil, todos pagos por quem pegava o empréstimo.

Tabela 1 – Investimento Estrangeiro no Brasil por país de origem dos capitais
Período 1886-1896

País de origem	Número de empresas	Capital Inicial	Porcentagem
1. Inglaterra	27	£15.949.349	62,3 %
2. Alemanha	6	£2.862.437	8,6 %
3. Bélgica	9	£2.422.545	7,3 %
4. França	5	£2.215.370	6,6 %
5. EUA	5	£2.084.407	6,2 %
6. Áustria	1	£1.566.967	4,7 %
7. Itália	3	£1.368.486	4,1 %
8. Hungria	1	£ 64.067	0,2 %
9. Suíça	1	£ 890	0,00 %
Total	58	£28.534.518	

Fonte: CASTRO, 1976.:. 70.

¹⁷ CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes Sociais. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1970, p. 136.

1.3 – A diversificação dos setores de investimento do capital estrangeiro

Nos anos de 1903 a 1913 surgiram novas oportunidades de investimento, devido a uma maior diversificação da economia brasileira. Segundo Ana Célia Castro, “o processo foi deflagrado pelo crescimento das cidades exigindo a expansão dos serviços urbanos (iluminação, bondes, portos que servissem à intensificação do comércio inter-regional, telefones, obras públicas e construção civil) e dando margem a novos avanços no campo industrial”.¹⁸ Como vimos o predomínio inglês foi construído à base de investimentos estreitamente relacionados com a economia mercantil exportadora: “a diversificação setorial, demandada pelas necessidades redefinidas da economia brasileira, encontrava-se com uma situação externa, onde a competição ‘interimperialista’ endossava o movimento em direção à abertura em leque dos investimentos estrangeiros”.¹⁹ A Grã-Bretanha neste período continuou aumentando os investimentos no Brasil, mas diminuiu sua importância relativa ao total dos investimentos, devido especialmente ao aumento do investimento dos Estados Unidos e do Canadá, que aumentaram de 1,5% e 2,3% para 19,9% e 11,1% respectivamente, como pode ser visto na tabela 2. Cabe ressaltar os investimentos nestes setores não se iniciaram neste período, mas sim, que houve aumento na parte do capital estrangeiro destinados a eles.

A diferença das inversões neste período foi a diversificação dos setores para o qual foram destinadas, havendo aumento da porcentagem aplicada nos serviços básicos (ferrovias, companhias de gás, iluminação e transporte urbano, telefonia e telegrafia), por consequência de uma demanda interna. Isso gerou mais benefícios para o Brasil, pois as inversões, deixando de ter maior significância apenas no setor de exportação, contribuiu para o desenvolvimento dos setores importantes da economia brasileira e melhorias nos serviços básicos das zonas urbanas. Vejamos por exemplo a importância que “a primeira usina elétrica paulista que começou a funcionar em 1901”,²⁰ teve para a nascente indústria paulista:

Não fosse o investimento estrangeiro em energia elétrica, a mobilização necessária de capital por parte das empresas manufatureiras nacionais teria sido muito superior às possibilidades, comprometendo, certamente o avanço industrial do período. Por outro lado, não fosse a existência de um parque industrial que demandasse estes serviços – ou um certo ‘grau de desenvolvimento das forças produtivas’ já alcançado no país – o ingresso de companhias estrangeiras no setor gerador de energia não se teria verificado.²¹

¹⁸ CASTRO, Ana Célia. **Op. cit.**, p. 102.

¹⁹ Idem.

²⁰ FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982, p. 67.

²¹ CASTRO, Ana Célia. **Op. cit.**, pp. 109-110.

O setor exportador atraiu investimentos estrangeiros primeiro para garantir que os produtos chegassem aos mercados que os demandavam e segundo porque os países centrais tinham capital excedente e procuravam oportunidades para investi-los, a dinamização das exportações brasileira garantia a entrada de capital, tornando possível o pagamento dos capitais investidos. Esta entrada de capital teve pontos ruins, a exemplo das condições impostas para a concessão dos empréstimos citadas acima, mas de modo geral foi benéfico, pois, de outro modo, teria sido bem mais lento o desenvolvimento de alguns setores da economia brasileira mencionados acima.

Tabela 2 - Investimento Estrangeiro por país de origem dos capitais
(em % sobre o total)

País de origem	1860-1902	1903-1913
Inglaterra	77,6	53,0
França	2,9	7,0
Estados Unidos	1,5	19,9
Canadá	2,3	11,1
Total Parcial	87,3	91,0

Fonte: CASTRO, 1976: 105.

Capítulo 2 – As políticas econômicas

Nas décadas finais do Império uma série de fatores levou à necessidade de se aumentar a oferta de moeda em circulação. Alguns deles foram: 1) já havia a percepção de que a escravidão não era mais uma opção viável, passou-se a discutir o que seria feito para suprir a necessidade de mão de obra, por fim, chegou-se a resolução que a demanda seria suprida por imigrantes europeus, o que demandaria uma grande quantidade de recursos; 2) o aumento das exportações possibilitou o crescimento da demanda por produtos importados; 3) “faziam-se necessárias instituições financeiras para canalizar as poupanças criadas pelo *superávit* de exportação”;²² e 4) a Abolição da escravidão. Devido a estas circunstâncias, as emissões de moeda como estavam sendo feitas, não eram suficientes. Eis um problema que o Visconde de Ouro Preto, o último ministro da fazenda do Império, se dispôs a enfrentar.

2.1 - Os ministros da Fazenda e suas políticas econômicas

Em 7 de junho de 1888, Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, assumiu o Ministério da Fazenda. O grande problema em relação às emissões de moeda era o lastro em ouro – ideia vigente a época era que só se poderia emitir moeda de acordo com a quantidade de ouro que se tinha em caixa. O Brasil dispunha de uma quantidade pequena de ouro, além disso, os compromissos externos do país eram saldados em ouro. Porém, o ministro se aproveitou de um momento oportuno para contornar o problema do lastro em ouro, conseguindo assim, aumentar as emissões.

Em outubro de 1888, inesperadamente, em decorrência da pujança das contas externas do país, em particular da entrada de capitais associada à expansão do café e de sua infraestrutura, à imigração crescente com o fim da escravidão, a taxa de câmbio apreciou de modo a atingir os mágicos 27 pence por mil-réis, a paridade oficial. Não escapou ao visconde de Ouro Preto, no começo de 1889, que na ausência de ‘ágio sobre o ouro’ ficava removida a objeção metalista à expansão monetária. E assim, em 6 de julho de 1889, Ouro Preto autorizou a formação de um banco de emissão sob o nome de Banco Nacional do Brasil.²³

²² PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e Instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1976, p. 178.

²³ FRANCO, Gustavo H. B.; CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. O Processo Econômico/ A Economia da Primeira República: 1889-1930. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord). **A abertura para o mundo, 1889-1930**: História do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, Vol. 3, p. 179.

Durante a Primeira República as discussões entre metalistas e papelistas eram acaloradas, sendo que os que defendiam o lastro em ouro (os conservadores) era maioria. Franco e Corrêa do Lago mostram bem como eram estas discussões.²⁴ Note na citação acima que Ouro Preto se aproveitou do momento de paridade cambial, para transpor a questão do lastro em ouro. A ausência de “ágio sobre o ouro” significa que, naquele momento, não havia diferença entre a cotação da moeda nacional, o mil-réis, e a libra esterlina (segundo a paridade estabelecida), situação, na qual, o uso do ouro nas trocas comerciais não faria diferença.

O ministro, no entanto, perdeu o cargo com a queda do Império, e Rui Barbosa assumiu o Ministério da Fazenda, em novembro de 1889. O novo ministro objetivou adotar medidas que proporcionassem um desenvolvimento acelerado e tinha percepção de que, para realizar tal objetivo, os bancos eram uma ferramenta fundamental. Apenas dois meses após sua posse lançou seu primeiro “pacote econômico”, o decreto nº. 164, de 17 de janeiro de 1890²⁵.

Este documento tentava de forma clara fornecer o arcabouço legal para a execução dos pontos básicos de seu ‘plano de desenvolvimento’. As notas dos bancos de emissão seriam aceitas como moeda legal. Os Bancos poderiam trabalhar em todo tipo de transações financeiras: empréstimos e depósitos, operações cambiais, empréstimos a curto e longo prazo à agricultura e à indústria, hipotecas e todo tipo de transações comerciais e industriais. Parecia que o sistema bancário brasileiro iria converter-se no motor do crescimento econômico tal como na Alemanha.²⁶

Quanto às emissões, a situação do câmbio não se encontrava mais favorável quanto no fim do império quando alcançara a paridade de 27 pence por mil-réis, tornando difícil a adoção do lastro em ouro: “Desta forma, restava a primeira opção da Lei de 1888: a emissão com lastro em títulos da dívida pública. Esta opção foi apresentada no dia 17 de janeiro de 1890”.²⁷ Três regiões detinham o monopólio das emissões de moeda: “banco emissor do Norte com sede na Bahia, banco emissor do Sul com sede em Porto Alegre e banco emissor do centro com sede no Rio de Janeiro. Era-lhes permitido emitir 150.000, 100.000 e 200.000 contos, respectivamente”.²⁸ Os paulistas logo conseguiram ter também um banco emissor em seu estado, ficando então um total de 4 bancos emissores.

²⁴FRANCO, Gustavo H. B.; CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. Op. cit., p.179.

²⁵ Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-164-17-janeiro-1890-518020-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23/5/2015.

²⁶ PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. Op. cit., pp. 178-179

²⁷ BOTELHO JÚNIOR; Cid de Oliveira. Instabilidade Financeira na Primeira Década Republicana. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, curso de Mestrado em Economia, Campinas: fevereiro, 2002, p. 34.

²⁸Idem, p. 35.

A política econômica adotada por Rui Barbosa era consistente, no entanto, geraram um movimento especulativo que ficou muito conhecido por historiadores e economistas que estudam o período como o “encilhamento”. O encilhamento foi um movimento de grande especulação na bolsa de valores do Rio de Janeiro, em razão dos caminhos abertos pelos novos rumos da economia e das políticas econômicas. Foi um momento em que houve a criação de inúmeras empresas, muitas sem a menor viabilidade. O decreto nº. 164, de 17 de janeiro de 1890, permitiu facilidades para a criação de empresas e suas ações passaram a ser negociadas na bolsa. Peláez e Suzigan argumentam que um dos problemas foi que se pretendeu fazer muito em pouco tempo. Eles apresentam os seguintes dados: “durante os 66 anos finais do Império, até maio de 1888, o capital total das empresas estabelecidas no Brasil sob a forma de sociedades anônimas atingiu a 410 milhões de contos. Entre 15 de novembro de 1889 e 20 de outubro de 1890 o capital total das sociedades anônimas estabelecidas no Brasil foi de 1,1 milhão de contos”.²⁹ Os autores ainda defendem que Rui Barbosa tinha o real interesse de desenvolver a indústria no país, mas que a falta de regulação impediu que suas medidas tivessem resultados mais positivos.

A gestão de Rui Barbosa ficou mais conhecida pelo fenômeno denominado encilhamento, este que foi muito criticado, em especial pelos primeiros estudos sobre o tema, porém as pesquisas mais recentes têm defendido que houve algumas empresas criadas no período que se tornaram empresas bem consolidadas, especialmente as indústrias. Outro problema que surgiu em decorrência da política econômica de Rui Barbosa foi as emissões que mesmo após a saída do ministro continuaram a crescer, tornando-se um problema na visão dos seus sucessores.

Com a saída de Rui Barbosa, em janeiro de 1891, houve uma sucessão de ministros por pequenos períodos.³⁰ Somente em novembro de 1894, Rodrigues Alves assumiu o cargo³¹ e iniciou o que a historiografia chamou de reação conservadora. O ministro voltou sua atenção para as instituições financeiras, com a intenção de fazer um saneamento bancário via “encampação” das emissões. Para isso precisava conseguir financiamento, mas ele conseguiu com certa dificuldade um empréstimo de 7,5 milhões de libras esterlinas, em julho de 1895. “A

²⁹PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson, op. cit, p. 179.

³⁰Após a saída de Rui Barbosa do Ministério da Fazenda, muitos ministros assumiram por curtos períodos. No governo de Deodoro da Fonseca: Tristão de Alencar Araripe, de 22/01/1891 a 25/02/1891. No governo de Floriano Peixoto: Antão Gonçalves de Faria, de 23/11/1891 a 26/11/1891; Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, de 26/11/1891 a 31/08/1892 e ainda como ministros interinos: Innocêncio Serzedello Corrêa, de 31/08/1892 a 30/04/1893; Felisbello Firmo de Oliveira Freire, de 30/04/1893 a 18/08/1894; Alexandre Cassiano do Nascimento, de 18/08/1894 a 15/11/1894; e no governo de Prudente José de Moraes e Barros, assumiu novamente Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho em 15/11/1894. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>

³¹Ele já havia assumido a pasta entre novembro de 1891 a agosto de 1892.

operação de ‘encampação’ consistia em os bancos transferirem para o governo o total de emissões de papel moeda bancário, junto com os respectivos lastros, cabendo ao governo substituir as emissões bancárias em circulação por papel-moeda do Tesouro”.³² O plano não atingiu o esperado sucesso, por fim muitos bancos ficaram com sérios problemas. “Na verdade, as empresas cuja sobrevivência o governo não poderia garantir, e que acabariam fechadas e reconhecidas como perdas transformariam grandes prejuízos bancários em aumentos relevantes na dívida pública. Assim, o problema bancário, que era também problema industrial, tornava-se um problema fiscal”.³³

O problema se agravou, Rodrigues Alves saiu do Ministério da Fazenda, seu sucessor Bernardino Campos, em um esforço para ajustar as finanças, conseguiu um acordo junto a Casa Rothschild para reestruturação da dívida pública brasileira, foi a operação chamada *fundingloan*³⁴. Tratava-se de um refinanciamento para que o governo brasileiro pudesse saldar os compromissos com o serviço da dívida pública e as despesas com garantias de juros de diversas ferrovias³⁵. Assim o governo poderia conseguir até 10 milhões de libras esterlinas, com juros de 5 % ao ano, e este empréstimo deveria começar a ser pago depois de 13 anos. “O plano de refinanciamento brasileiro tinha por viga mestra a condicionalidade de severas medidas de saneamento fiscal e monetário”.³⁶

A consolidação do pensamento conservador se dá com Joaquim Murinho, ministro da Fazenda, entre 1898 e 1902, do Governo de Campos Salles. Murinho via as emissões como um problema fundamental, elas geravam a impressão de uma falsa abundância de capitais, que resultou na criação de indústrias frágeis e produção excessiva de café. O governo não deveria intervir em favor destas, deste modo, as indústrias frágeis pereceriam, assim como os cafeicultores menos eficientes, o que ajudaria no problema da superprodução.

Murinho foi o homem com a determinação de levar até as últimas consequências as ideias metalistas.³⁷ O objetivo fundamental da política econômica era a valorização cambial: “a política monetária deveria então ser orientada para manter a relação entre papel-moeda e o ouro

³²FRANCO, Gustavo H. B.; CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. **Op. cit.**, p. 188.

³³Idem.

³⁴Afirma-se que a inspiração *fundingloan* veio de uma experiência semelhante na Argentina. No início da década de 1890, a Argentina havia sofrido a crise Barings, enfrentando enormes dificuldades de balanço de pagamentos, e foi obrigada a renegociar o pagamento do serviço da dívida externa. Negociou com seus banqueiros, no início de 1891, um *fundingloan* de £15 milhões, à taxa de juros de 6%. Ver MENEGHETTI, Carla Beni. A Precariedade da Administração Monetária em um País Periférico, sob as regras do padrão ouro: Brasil, 1888-1900. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2006, p. 55.

³⁵ Acordos pelos quais o governo garantia um retorno mínimo aos investidores caso esse não fosse alcançado na operação das companhias. Ver: Franco e Corrêa do lago, 2012, p. 189.

³⁶ MENEGHETTI, Carla Beni. A Precariedade da Administração Monetária em um País Periférico, sob as regras do padrão ouro: Brasil, 1888-1900. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2006, p. 55.

³⁷ Idem.

definida pela legislação de 1846”.³⁸ Neste sentido ele implantou a arrecadação de impostos de importação em ouro, esta medida era uma forma de controle cambial e ajudava com as reservas metálicas para garantir os compromissos externos do governo.

O ministro ainda tinha que controlar a inflação reduzindo o estoque monetário porque “o contrato do *funding* continha uma cláusula revendo a incineração periódica de cédulas bancárias do Governo Brasileiro”.³⁹ Objetivando a redução da oferta monetária cassou o direito de emissão dos bancos comerciais.

As políticas de Rodrigues Alves e Murinho iam de encontro aos interesses dos fazendeiros do café, pois o câmbio baixo os favorecia. Enquanto o câmbio permaneceu baixo a burguesia agroexportadora ainda conseguia lucro com o café, mesmo com a redução do preço do café no comércio internacional. Quando os produtores ou intermediários vendiam o café no comércio exterior onde as transações são feitas em moeda estável, em ouro, este ouro era convertido em moeda nacional pelo governo brasileiro, que precisava ter ouro em caixa para arcar com seus compromissos exteriores. Com o câmbio baixo, moeda nacional desvalorizada, significava que os cafeicultores recebiam muito dinheiro em moeda nacional.

2.2 –O Convênio de Taubaté

Quando as políticas de valorização da moeda interna e deflação surtiram efeito por volta de 1898, a burguesia cafeicultora viu seus ganhos se reduzirem, fazendo-os sentir o impacto da baixa do preço do café no mercado internacional. Isso fez os cafeicultores unirem-se, formando um grupo coeso de pressão política: “a oligarquia cafeeira organizou-se em um grupo de pressão política superpoderoso dedicado à manutenção de sua riqueza e à preservação da sociedade estratificada e das instituições da economia de exportação.”⁴⁰ Nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1906 se reuniram em Taubaté, os presidentes Jorge Tibiriçá, de São Paulo, Nilo Peçanha do Rio de Janeiro, e Francisco Sales, de Minas Gerais. Neste encontro que ficou conhecido como Convênio de Taubaté, onde foram decididos os pontos da primeira intervenção estatal brasileira para proteger um produto agrícola de exportação.

Em sua versão original os pontos principais do convênio eram os seguintes: a) manutenção do preço entre 55 a 65 francos, por saca de 60 quilos de café tipo 7, para o primeiro ano do acordo, podendo posteriormente ser elevado até o máximo de 70 francos, segundo as conveniências do mercado; b) negociação de

³⁸PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **Op. cit.**, p. 181.

³⁹Ibidem, p. 183.

⁴⁰Ibidem, p. 184.

um empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas para custear as compras destinadas a manter o preço; c) imposição de uma sobretaxa de 3 francos sobre cada saca de café exportada, arrecadada pela União, destinando-se a garantir o pagamento do empréstimo; d) estabelecimento de um fundo de (caixa de conversão), a fim de estabilizar o câmbio; e) redução das exportações de tipos inferiores; f) imposição de uma taxa proibitiva sobre as novas plantações; g) organização de uma campanha de publicidade no exterior, visando a elevação do consumo.⁴¹

O convênio tinha dois objetivos principais: “de um lado, em retirar do mercado parte da safra, com os recursos do empréstimo, restringindo com isso a oferta e permitindo a elevação do preço internacional do café; de outro lado, buscava-se estabilizar a taxa cambial em nível mais baixo que o vigente”.⁴² Uma intervenção deste porte só era possível de se realizar devido ao fato do Brasil possuir uma produção tão expressiva que o deixava em uma posição quase monopolística no mercado do café.

Mas apesar da aprovação do Convênio de Taubaté, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro hesitaram no momento de colocá-lo em prática. Além disso, os maiores opositores à aprovação do Convênio foram o Presidente de República, Rodrigues Alves, e a Casa Rothschild que era então a maior emprestadora ao governo federal. Com isso a possibilidade de se tomar empréstimo, na quantidade desejada se tornou difícil. São Paulo estava decidido a levar a diante o plano de valorização e durante o segundo semestre de 1906, interveio sozinho no mercado. O Estado conseguiu “empréstimos, a curto prazo, de bancos alemães (*Brasilianische Bank für Deutschland*), ingleses (*J. H. Schoroeder & Co.*) e americanos (*National City Bank*), destinados à compra do café”.⁴³ As medidas, adotadas por São Paulo não eram entretanto suficientes para atingir os objetivos, era necessário um empréstimo de maior vulto para garantir os estoques até que a medida começasse a surtir efeito. Isto levou a um temor de que se não conseguisse segurar os estoques por tempo suficiente e fosse necessário colocá-los no mercado, faria cair ainda mais o preço do café. Com o tempo, o governo federal se viu forçado a intervir. Em 1908, com a garantia do governo federal, o estado de São Paulo contraiu um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas. No entanto, como garantia, os banqueiros exigiram ficar com o controle do programa.

⁴¹ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 215.

⁴² Idem.

⁴³ Ibidem, p. 220.

2.3 – O câmbio e os setores sociais

O câmbio impactava a vida dos setores sociais no país de formas diferentes, vejamos alguns casos. Os cafeicultores e os intermediários eram beneficiados com o câmbio baixo, assim como todos relacionados ao comércio exportador, dos diferentes produtos que o Brasil exportava como açúcar, borracha, cacau etc. Por outro lado, ao comércio importador era contrário ao câmbio baixo, pois “era preciso muito dinheiro para a importação dos produtos e, naturalmente, a venda das mercadorias teria que ser feita internamente por um preço muito alto”.⁴⁴ Para o Governo o ideal era o câmbio alto, por isso as insistentes tentativas de Rodrigues Alves e Murinho, para se aproximar da cotação de 27 pence por mil-réis.

Num país de regime de papel-moeda fiduciário, os problemas e compromissos que se apresentam são graves. Há uma contínua necessidade de o governo saldar suas dívidas públicas externas e prover as remessas de saldos dos capitais empregados no país. Estas saídas podem ser negativas para a balança comercial, daí o interesse em que haja moeda forte, o que representa internamente, menor gasto de dinheiro.⁴⁵

O câmbio baixo interessava aos industriais porque favorecia a indústria nacional servido como barreira aos produtos importados, tornando-os mais caros que os produtos internos. Em Caio Prado Júnior, vemos o seguinte: “esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional”.⁴⁶ O câmbio baixo também favoreceria as exportações de produtos manufaturados, mas não era o caso do Brasil neste período, porque estas eram praticamente inexistentes.

⁴⁴ CARONE, Edgard. **Op. cit.**, p. 100.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 101.

⁴⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 48.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 258.

Capítulo 3 – As exportações e as importações (final do século XIX e início do século XX)

3.1 – As exportações brasileiras

A partir da segunda metade do século XIX as exportações cresceram no Brasil, especialmente graças ao café. O aumento das exportações colocou o país em uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, possibilitando aumentar as importações e atraindo capitais estrangeiros. Vejamos alguns itens da pauta exportação.

3.1.1 – A borracha

A exploração da borracha no Brasil apareceu nos registros pela primeira vez em 1827, mas ainda era uma exploração pequena, na província do Pará. Os estados do norte do país produziam cacau, café, tabaco, algodão, cravo e salsa, produtos que foram sendo abandonados à medida que a borracha passou a ter uma maior demanda no mercado internacional. O consumo da borracha ganhou importância com

a descoberta do processo de vulcanização (1842) simultaneamente por Goodyear nos Estados Unidos e Hancock na Inglaterra, consistindo numa combinação de borracha com enxofre que lhe dá grande flexibilidade e a torna inalterável a qualquer variação de temperatura, que este material se fez largamente aproveitável na indústria.⁴⁷

A borracha passou, então, a ser empregada na confecção de diversos objetos, nos mais variados setores. “Mas foi com a invenção do pneumático em 1890 que a industrialização da borracha tomou grande vulto e a partir daí aumentou consideravelmente sua cotação no mercado internacional”.⁴⁸ Isso abriu novas perspectivas econômicas para a região amazônica que até então exportava uma pequena quantidade do produto.

O Brasil possuía a maior reserva mundial de seringueiras nativas. Mas, a exploração dos seringais era uma tarefa complicada. A maior dificuldade era a falta de mão de obra, uma vez que a região amazônica tinha a menor densidade populacional do Brasil. Com o intuito de atrair os trabalhadores necessários à região para promover o aumento da produção, foram organizados

⁴⁷ PRADO JÚNIOR; Caio. **Op. cit.**, p. 236.

⁴⁸ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 289.

serviços de propaganda, concessão de subsídios para o transporte e adiantamento em dinheiro para as primeiras necessidades para estimular a migração populacional de outras áreas do país.⁴⁹

Esta mobilização deu resultado nas províncias do nordeste, onde havia uma grande disponibilidade de mão de obra, vivendo em uma economia de subsistência, ligada à pecuária, devido a grande seca de 1877-80.⁵⁰ Assim, se resolveu o problema de falta de braços, na economia de borracha.

A maior parte das atividades econômicas ligada à borracha era desenvolvida pelas casas aviadoras que desempenhavam funções em diversos setores: como no financiamento, no abastecimento dos seringais com os mais diferentes itens, desde ferramentas, relacionadas às atividades de extração, aos remédios necessários para a manutenção da vitalidade dos trabalhadores. As casas aviadoras recebiam pagamentos em espécie por estes serviços. Elas eram também responsáveis pela venda da borracha no exterior.

A seringueira é a principal planta para a extração do látex⁵¹, e a região amazônica era tida como o *habitat* natural desta espécie, e por isso acreditava-se na época que o Brasil não tinha concorrentes. Afinal, a produção de todos os outros países juntos era muito inferior à brasileira. Mas os ingleses conseguiram fazer com que a seringueira vingasse na Ásia, primeiramente em Ceilão, depois com melhor resultado na Malásia, posteriormente em Samatra, Java e Bornéu. Em 1900, a produção de borracha asiática entrou no mercado ainda em quantidades pequenas. No entanto, a produção na Ásia tinha vantagem em relação à brasileira, lá existiam vastas plantações de seringueiras organizadas de forma racional, que além da quantidade, tornava fácil o trabalho de extração do látex. Enquanto um trabalhador na Malásia podia colher em um dia três quilos de borracha, um seringueiro do Amazonas recolhia um quilo de oito a quinze dias.⁵²

A produção brasileira foi definitivamente superada em 1913. Nesse ano, o Brasil produziu 39.370 toneladas e a produção asiática alcançou 47.618 toneladas.⁵³ Daí em diante a produção brasileira foi perdendo importância. As colônias inglesas e holandesas, com suas vastas plantações de seringais, dispostas de mão de obra abundante e barata, fretes reduzidos e transportes fáceis, desarticularam a frágil estrutura de produção da borracha no vale amazônico.

⁴⁹ Ibidem, p. 290.

⁵⁰ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 139.

⁵¹ Além da seringueira (*Hevea brasiliensis*), as plantas laticíferas incluem o guaiúbe (*Parthenium argentatum*) e a figueira-da-borracha (*Ficus elastica*), que também são fonte de borracha natural; a papoula verdadeira (*Papaver somniferum*), de cujo látex se obtém o ópio; e a árvore-vaca (*Tabernaemontana utilis*). Fonte: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/artigos/latex - borracha vegetal.html>

⁵² FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 302.

⁵³ Ibidem, p. 301.

3.1.2 –O açúcar

O açúcar durante o domínio português no Brasil havia sido o grande produto de exportação e motor da economia do século XVI até meados do século XVII, quando passou a sofrer concorrência, falta de investimentos e dificuldades técnicas até o início do XIX. No final do Império e início da Primeira República, o açúcar não tinha deixado a pauta de exportação, mas caiu consideravelmente em importância, sendo suplantado pelo café. A demanda por café estava em ascensão, assim como o preço do produto no mercado mundial, e o açúcar brasileiro ia na direção inversa: perdia espaço no comércio internacional, assim como valor de mercado.

Em 1875, o governo imperial lança o decreto de novembro de 1875 visando criar engenhos centrais em diferentes províncias do Império. Mas somente na Bahia e, principalmente, em Pernambuco o processo deu melhores resultados. No caso de Pernambuco, o governo local se prontificou a levar o projeto adiante. Os engenhos centrais se dedicariam a atividades meramente industriais, comprariam a cana dos velhos engenhos, no entanto, a produção das lavouras não mantinha um ritmo de produção compatível com a produção industrial. Com o tempo, os engenhos centrais passaram a cultivar parte da cana de que necessitavam. No período republicano, passou a ser exigido que o proprietário do engenho central comprasse de fornecedores apenas metade da matéria-prima e que produzisse a outra metade em lavoura própria. Além dos engenhos, houve também o surgimento de usinas, cujas diferenças entre ambas pode-se ver na citação abaixo:

Paralelamente à formação dos Engenhos Centrais, inicia-se a instalação de usinas. Os primeiros consistem em modernas fábricas de moagem, de propriedade particular, mas de caráter semioficial, e obrigados a moer cana de terceiros; a usina, por sua vez, apresenta as mesmas características técnicas, mas é totalmente particular, possui sua própria lavoura e mói cana de fornecedores se quiser. Esta distinção é fundamental, pois a partir deste último processo é que se dará o renascimento da decadente classe agrícola açucareira.⁵⁴

Os engenhos não conseguiram competir com as usinas, estas começaram a comprar-lhes as terras. Mas o processo foi demorado devido à situação frágil da economia açucareira brasileira, que não conseguiu captar recursos externos, para realizar os melhoramentos técnicos necessários, fazendo-os, portanto, de modo lento de acordo com as possibilidades que os recursos permitiam. As usinas apesar de possuírem maior eficiência produtiva, produziam

⁵⁴ CARONE, Edgard. **Op. cit.**, p. 55.

menos que os engenhos, porque estes eram muitos e aquelas representavam um número bem reduzido. “Em 1901, existiam em Pernambuco cerca de 1500 engenhos e pouco mais de 40 usinas. Em 1914 uma estatística mais minuciosa nos revela a existência de 54 usinas”.⁵⁵ As usinas só superaram os engenhos em volume de produção em 1927.

Durante a Primeira República, a economia açucareira no Brasil vive um momento de renovação, em grande medida, porque o consumo interno de açúcar cresceu e “em termos absolutos, a exportação do país crescera (48.000 t., média anual do decênio 1821-30; 200.000 no decênio 1881-90), mas insuficientemente para dar às velhas regiões produtoras uma real prosperidade. É que, sobretudo, o declínio dos preços acompanha este aumento do volume exportado, caindo de um para outro dos períodos assinalados, da média de 24,5 libras-ouro para 10,8 por tonelada (preços FOB⁵⁶)”.⁵⁷

A economia açucareira conseguiu se manter ativa e fez melhorias técnicas, contudo, sua participação nas exportações brasileiras reduziu bastante: 1,2% do total das exportações nacionais do decênio 1900 a 1910, ver tabela 1. Em 1937, houve a Conferência Internacional de Londres, na qual se fixou uma quota de exportação para o Brasil de 1,6%, o que mostra quão diminuta se tornou a participação brasileira no comércio internacional do açúcar da época.

3.1.3 –O cacau

Outro produto da pauta brasileira de exportações era o cacau, cuja espécie também era uma árvore nativa da América do Sul, mas já estavam presentes em diversos países. Originária da região amazônica, o cacaueiro foi levado para a Bahia e encontrou ali condições propícias para o seu cultivo. O cacau assume maior expressão como produto de exportação, quando começou a ser beneficiado em fábricas.⁵⁸ Desde o início da produção em larga escala, o cacau brasileiro tinha concorrentes, principalmente em regiões da África, onde o desenvolvimento da produção era mais rápido que o brasileiro. Lá se tinha investimentos mais pesados, sobretudo na Costa do Ouro, uma colônia inglesa, que recebeu grandes inversões de capital. Contudo o Brasil conseguiu manter uma segunda posição, mas comparativamente pequena em relação à primeira posição.

⁵⁵ Ibidem, p. 57

⁵⁶ FOB é uma sigla da expressão inglesa *FreeonBoard*, que significa que o exportador é responsável pela mercadoria apenas até embarque no navio.

⁵⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., p.244

⁵⁸ A primeira fábrica de chocolate foi construída em 1870, por Émile Menier.

Tabela 3 – Porcentagem das exportações brasileiras por produtos

Anos	Café	Borracha	Açúcar	Cacau	Algodão	Couros e peles	Fumo	Mate
1821-1830	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	—
1831-1840	43,8	0,3	24,0	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	0,4	26,7	1,0	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860	48,8	2,3	21,2	1,0	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6,0	3,0	1,2
1871-1880	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	8,0	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900	64,5	15,0	6,0	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1900-1910	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

Fonte: FAUSTO, 1982: 299.

3.1.4 – O café

As plantações de café estavam presentes em muitos estados brasileiros, mas nunca chegaram a ter muito significado para a economia. O Rio de Janeiro e Minas Gerais eram grandes estados produtores de café, porém no final do Império São Paulo ultrapassou estes estados em volume de produção. No Espírito Santo, houve aumento nas lavouras, devido a terras ainda não exploradas, mas ao contrário de São Paulo onde havia abundância de terras virgens, a disponibilidade no Espírito Santo era limitada.

Em São Paulo, a produção cafeeira encontrou as condições propícias para desenvolver-se, a isso se deve a uma diversidade de fatores. O primeiro fator se deve às condições físicas: qualidade da terra, clima favorável e quantidade de terras não exploradas. Em segundo lugar as questões econômicas: é o momento em que o capital estrangeiro foi conseguido com maior facilidade. O federalismo favoreceu o estado paulista, pois este passou a ter autonomia para tratar dos negócios de seu interesse, o que permitia inclusive conseguir empréstimos no exterior sem necessitar do intermédio do governo federal. O terceiro fator: a disponibilidade crescente de mão de obra, com a constante chegada de imigrantes; e o quarto motivo foram os avanços técnicos nos meios de transporte, notadamente as ferrovias, que possibilitaram transportar maior quantidade com mais rapidez e ainda evitava perda da produção. Além disso, as ferrovias possibilitaram levar o cultivo do café para regiões cada vez mais interioranas.

O café, assim como os outros produtos brasileiros de exportação entrou em crise, não por perder lugar para concorrentes ou por ineficiência produtiva, mas por superprodução, o que contribuiu para a redução do preço no mercado internacional, uma vez que a oferta de café era bem maior que a quantidade demandada, que já havia atingido níveis estacionários. Mas ao contrário dos outros produtores a elite cafeicultora possuía força política e usou-a para garantir seus interesses, atuando politicamente na economia para defender os níveis de preço do café, como já foi mostrado no capítulo 2.

3.2 – Uma economia integrada: exportações e importações

Segundo Mircea Buescu “o café gerou um processo de causação circular introvertido em que a sua renda crescente foi, em grande parte, reinvestida no próprio setor, mas criou infraestrutura de transportes, de comércio e de crédito, espírito empresarial, mercado e, principalmente, emprego”.⁵⁹ O grande crescimento populacional gerou necessidades de consumo interno, que aumentou consideravelmente a demanda por bens de consumo, que foi suprida por importações. Assim, a economia do café possuiu algumas características distintas das outras economias de exportação, porque de certa forma estava em maior consonância com o capitalismo.

A orientação da produção voltada para a exportação teve duras consequências para a economia do país, pois não se desenvolveu largamente um comércio interno e como o interesse do produtor era destinar toda disponibilidade de terras e de forças produtivas para o produto principal de exportação, deixava-se, em muitos casos, de ter uma parte da fazenda destinada à plantação de alimentos. No caso, por exemplo, do imigrante que chegou a São Paulo para trabalhar sob o sistema de colonato, regime de trabalho no qual os colonos recebiam parte do pagamento em dinheiro e a outra parte seria a possibilidade destes poderem utilizar uma parte das terras para cultivar alimentos visando sua subsistência. Warren Dean traz em seu livro que os cafeicultores perceberam rapidamente que o pagamento apenas via salário era-lhes mais vantajoso. “O emprego mais econômico do esforço dos trabalhadores residia na produção do café e não na cultura de subsistência; portanto, os colonos foram proibidos de plantar coisa

⁵⁹ BUESCU, Mircea. **Brasil: problemas econômicos e experiência histórica**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1985, p. 72.

alguma, a não ser café, depois que os cafeeiros alcançavam a maturidade”.⁶⁰ Apesar de o Brasil possuir uma grande disponibilidade de terras férteis, “durante a segunda metade do século XIX o Brasil chegou a ser importador de produtos agrícolas tradicionais, tais como arroz, feijão e milho”.⁶¹ Eis uma dura consequência de uma produção, em sua maioria, voltada para a exportação

Houve um momento que, em São Paulo, praticamente tudo que se consumia era importado, importava-se desde os bens mais essenciais até os mais supérfluos. Com isso se desenvolveu um importante mercado para grupos especializados em importações, as firmas importadoras, que operavam no comércio brasileiro há algum tempo, principalmente no Rio de Janeiro.

Uma característica importante das firmas importadoras foia presença de imigrantes, a grande maioria das pessoas envolvidas no comércio importadora imigrantes ou seus descendentes. E esta tendência remonta ao período colonial, no qual, estas atividades eram desempenhadas por portugueses. Nícia Vilela Luz apresenta dados extraídos do imposto sobre a indústria e as profissões, que mostram grande presença dos portugueses nos anos de 1886 e 1887 no comércio e varejo.

Tabela 4– Presença portuguesa nas importações

Brasileiros	2.631 contribuintes
Portugueses	8.240 contribuintes
Outras nacionalidades	1.024 contribuintes

Fonte: Luz, 1975: 64.

Com o aumento da imigração a percentagem de outras nacionalidades no comércio importador cresceu, mas não mudou a tendência de ser a maioria imigrante. “A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, (...) é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida”.⁶² É importante ressaltar que os imigrantes que se estabeleceram no comércio importador tinham um perfil diferente dos que vieram para trabalhar como colonos nas fazendas.

⁶⁰ DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1971, p. 11.

⁶¹ BUESCU, Mircea. **Brasil: problemas econômicos e experiência histórica**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1985, p. 71.

⁶² DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 3º ed. São Paulo: Difel, 1971, p. 58.

Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias de classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegavam com alguma forma de capital: economias de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar uma filial de uma firma.⁶³

Com o tempo, principalmente em São Paulo, estas firmas importadoras começam a investir na manufatura nacional. Segundo Warren Dean, “o importador, e mais ninguém, possuía todos os requisitos do industrial bem sucedido: acesso ao crédito, conhecimento do mercado e canais de distribuição de produto acabado”.⁶⁴ Quanto ao crédito, fator essencial, para qualquer empreendimento de maior vulto, os imigrantes tinham maior facilidade de consegui-lo em seu país de origem junto a bancos, fabricantes ou distribuidores. Outro fator que os levou a se voltarem para as manufaturas foi: “a importação requeria certo número de operações realizadas *in loco*”.⁶⁵ Alguns devido ao volume que tornava oneroso o transporte do produto finalizado; outros requeriam alguns itens para acabamento que eram mais baratos no Brasil; outros eram perigosos ou perecíveis e não poderiam correr o risco de transportá-los em distâncias tão longas.

De fato a participação de firmas importadoras na indústria paulista é muito forte, e como a presença de imigrantes era grande nas primeiras, esta tendência teve reflexos na segunda.

Uma lista de sessenta e cinco firmas importadoras, tirada de anuários comerciais e anúncios em jornais dos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial contém, pelo menos, trinta e sete que se empenharam em atividade manufatureiras ou nelas investiram capitais. Das treze fiações de algodão erguidas antes do início do século em São Paulo onze, por volta de 1917, eram controladas por firmas importadoras ou por empresários que haviam começado como importadores.⁶⁶

Os importadores não eram especializados em um determinado ramo, atuavam nas mais diversas áreas desde os bens de consumo aos bens de capital. Mas apesar de toda a dependência em relação a produtos estrangeiros, inclusive de itens básicos que poderiam ser produzidos no Brasil, se fosse este o interesse, a relação entre exportação e importação foi favorável ao país durante o início da República até o primeiro ano da Grande Guerra, como pode ser visto na tabela 2. “O fato é que, desde 1860, a balança comercial do Brasil foi superavitária, permitindo

⁶³ DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 3º ed. São Paulo: Difel, 1971, p. 59.

⁶⁴ Idem, p. 27.

⁶⁵ Idem, p. 26.

⁶⁶ Idem, p. 34.

a cobertura do déficit em conta de serviços e, embora com dificuldades crônicas, o atendimento serviço da dívida externa”.⁶⁷

Tabela 5 - Exportações (FOB), Importações (FOB) e Balança Comercial: 1901- 1914 (US\$ milhões)

Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1901	197,8	89,4	108,4
1902	176,9	97,2	79,7
1903	179,3	101,6	77,7
1904	191,5	108,9	82,6
1905	216,8	125,9	90,9
1906	258,1	139,0	119,1
1907	263,4	169,6	93,8
1908	214,8	148,7	66,1
1909	309,6	155,5	154,1
1910	307,3	201,1	106,2
1911	325,0	220,9	104,1
1912	363,3	261,0	102,3
1913	318,9	273,6	45,3
1914	228,6	146,0	82,6

Fonte: Séries históricas e estatísticas do IBGE.

⁶⁷BUESCU, Mircea. **Op. cit.**, p. 73.

Capítulo 4 – Os investimentos da elite paulistana economia cafeeira

4.1 – As ferroviase o capital

A crescente demanda por café no mercado internacional fez o preço do café subir, gerando grandes lucros aos plantadores, no entanto o transporte do café até os portos era muito ineficiente e oneroso e ameaçava a continuidade da acumulação cafeeira. Os fazendeiros chegavam a pagar pelo transporte taxas superiores a 50% do valor da arroba. Para solucionar este problema os grandes fazendeiros se uniram com vistas a fundar as estradas de ferro: Paulista, Mogiana, Sorocabana e outras menores. “À exceção da Sorocabana, a princípio vinculada à produção de algodão, todas as estradas de ferro criadas em São Paulo tiveram suas diretrizes determinadas pelos ‘caminhos do café’”.⁶⁸ A primeira companhia criada foi a Paulista, fundada em 30 de janeiro de 1868; trecho Campinas-Jundiaí foi inaugurado em 1872.

Em São Paulo a iniciativa parte da elite local, pois precisavam melhorar o transporte de um produto que estava gerando muito lucro, aumentando tanto o preço quanto a demanda.⁶⁹ Além disso, a abertura de novas fazendas estava sendo feita cada vez mais distante dos portos. As estradas de ferro iriam resolver este problema. Porém a instalação de linhas férreas era um empreendimento bastante dispendioso e para realizá-lo era preciso a associação de várias famílias, para isso criaram-se as sociedades anônimas. Para a construção das ferrovias os investidores contavam com um incentivo: para atrair capitais privados o governo se comprometeu a dar garantias de juros de 5%, com a aprovação de lei ferroviária de 1852, este valor posteriormente aumentou para 7%.⁷⁰ Esta garantia valia para as ferrovias implantadas tanto com capital nacional quanto estrangeiro. No caso de outras províncias do Império, as ferrovias se tornaram possíveis graças ao capital estrangeiro.

Na citação abaixo se vê os nomes de alguns dos maiores acionistas da estrada de ferro Paulista.

Em 30 de janeiro de 1868 ocorreu a reunião que fundou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurada, no trecho Jundiaí-Campinas, em agosto de 1872. Foi iniciada com 25 mil ações distribuídas entre 654 subscritores. Entre eles, os principais eram: Joaquim José dos Santos Silva (Barão de Itapetininga) e Vicente de Souza Queiroz (Barão de Limeira), com mil ações cada; José Ferraz

⁶⁸ PERISSINOTTO, Renato Monseff. Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). Tese de Doutorado, UNICAMP. Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, 1997, p. 58.

⁶⁹ Entre 1851 e 1862, houve um crescimento contínuo dos preços, indo de 7,4 *cents* para 9,8. Deste último ano até 1877 ocorreu nova ascensão, atingindo a marca de 16,8 *cents*/libra. (PERISSINOTTO, **Op. Cit.**, p. 56).

⁷⁰ Em 1852 ficou acordado que o governo concederia garantias de 5% de juros sobre o capital investido na instalação das ferrovias se estas não conseguissem este valor pelos próprios rendimentos. Em 1857 este valor foi aumentado para 7%, sendo que o governo federal pagaria 5% e o provincial 2%.

Campos (Barão de Cascalho) e Antônio Paes de Barros (Barão de Piracicaba), com 600 ações cada; José Estanislau de Oliveira (Barão de Rio Claro), Francisco A. Souza Queiroz (Barão de Souza Queiroz), Luis de Sousa Barros, Martinho da Silva Prado e Nicolau Vergueiro, com 500 cada.⁷¹

A segunda empresa ferroviária criada no período foi a Mogiana, fundada em 1872, na região de Campinas, por homens também ligados ao café, elateve entre seus principais acionistas “Martinho Prado, Francisco A. de Souza Queiroz, Clemente Falcão de Souza Filho, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Inácio Wallace da Gama Cochrane e Antônio de Queiroz Telles”.⁷²

As ferrovias promoveram a integração regional, além do transporte do café foram responsáveis pelo trânsito de mercadorias de abastecimento, de pessoas, de informações etc. Wilson Cano, a respeito do retorno financeiro das ferrovias paulistas, diz que: “ao contrário do que ocorreu com a maior parte das ferrovias nas demais regiões brasileiras, as implantadas em São Paulo tiveram um padrão de eficiência contribuindo poderosamente para a expansão do processo de acumulação de capital”.⁷³ Cano diz que, como estas ferrovias foram lucrativas, elas desempenharam dois importantes papéis: eram “uma nova e rentável oportunidade de inversão” e devido à sua lucratividade relativamente alta, elas foram a “origem de novos capitais que permitiu uma nova ampliação do excedente do complexo”.⁷⁴

Pode-se perceber na citação abaixo, na qual Perissinotto mostra a importância das ferrovias para os fazendeiros do café:

A ferrovia não só incentivou seus novos negócios, mas também permitiu-lhes deixar a fazenda em direção às cidades, local mais proveitoso para a administração dos seus investimentos. O “fazendeiro” deixava, assim, de ser um homem do campo para transformar-se num elemento urbano que muito contribuiria para alterar a paisagem econômica social e urbana de núcleos como Campinas, Itu e, sobretudo, a Capital do estado. Enfim as ferrovias geraram o fazendeiro absenteísta e foram o primeiro e mais importante passo na formação do capital cafeeiro.⁷⁵

As ferrovias foram essenciais para a formação do capital cafeeiro, pois se observarmos, São Paulo possuía os fatores básicos para que o empreendimento da cafeicultura fosse rentável: havia grande disponibilidade de terras de boa qualidade, o clima era favorável ao cultivo do café e a imigração solucionou o problema da falta de mão de obra. Além disso, havia demanda pelo produto que era a base da economia da região. Se não tivessem conseguido solucionar o

⁷¹ PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Op. cit.**, pp. 58-59.

⁷² *Ibidem*, p. 59.

⁷³ CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 50.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 53.

⁷⁵ PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Op. cit.**, p. 60.

problema de transporte com a instalação das estradas de ferro, além dos custos altos que tornavam bem menores os lucros, não teria sido possível atender a demanda nos mercados internacionais. Neste quadro, a situação econômica do estado de São Paulo teria sido bem distinta.

4.1.1 – O resgate das ferrovias

Graças às garantias de juros de 7% sobre o custo das estradas de ferro, a administração destas pouco se preocupava se elas geravam lucros ou não. A maioria dessas estradas produziu uma verdadeira drenagem dos cofres públicos e no momento em que a dívida externa pesava fortemente sobre a economia brasileira, se compreendeu o equívoco da lei de 1852, agravado em 1857.

Em 1901 o governo brasileiro iniciou a operação de resgate de 12 ferrovias estrangeiras que gozavam de garantia de juros. Eram elas: Recife e São Francisco; Natal e Nova Cruz; Conde d'Eu; Recife ao Limoneiro (*The Great Western of Brazil*); Alagoas; Central da Bahia; Minas e Rio; D. Thereza Cristina; Rio Grande a Bagé (*Southern Brazilian*); Quaraim a Itaqui (*Brazil Great Southern*); Santa Maria do Uruguai (*Sudoest Brésilien*); Paranaguá a Curitiba (*Chemins de Fer Brésiliens*).⁷⁶

As negociações para o resgate destas ferrovias foram difíceis e demoradas, “havia oposição tanto pelo lado da diretoria das companhias e dos detentores de obrigações das empresas, quanto ainda por parte de políticos que a todo o momento denunciavam possíveis regalias que o negociador concedia às empresas”.⁷⁷ Entre o objeto das discussões estavam questões como: se o governo resgataria a companhia ou a estrada de ferro; qual seria o valor da estrada; qual era o verdadeiro rendimento líquido a ser considerado; se os ramais e extensões construídos sem garantia de juros seriam também objeto de resgate, entre outras.

Uma vez estabelecido o preço da estrada, o governo emitiria bônus neste valor, a 4% de juros e 1/2% de amortização. Os 2.148,83 quilômetros de estradas resgatadas custaram, assim, 14.605.380 libras. Os juros e as amortizações somadas seriam menores, segundo J. C. Rodrigues, do que o governo até então pagava anualmente às companhias. Essa diferença teria, no entanto, de ser depositada em um banco inglês, recebendo juros que aliviarão as dívidas contraídas.⁷⁸

⁷⁶ CASTRO, Ana Célia. **Op. cit.**, p. 80.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 81.

⁷⁸ CASTRO, Ana Célia. **Op. cit.**, p. 83.

4.2 – Os bancos

O setor financeiro em São Paulo começou com os comissários que eram os responsáveis “pela seleção, classificação e comercialização do café que recebiam de vários produtores, o comissário atuava como agente financiador da produção, sendo imprescindível possuir um capital considerável”.⁷⁹ O acúmulo de capital da cafeicultura adveio predominantemente da atividade comercial e dela se originaram os primeiros bancos brasileiros. As atividades comerciais e financeiras desenvolvidas ao longo do século XIX possibilitaram a formação de um grupo de capitalistas e banqueiros que emprestavam dinheiro a juros.⁸⁰ Além de seu próprio capital, os comissários dispunham de crédito nos bancos porque eram figuras conhecidas na praça.

Além das atividades relacionadas ao café como as citadas acima, o comissário desempenhou outra: “enquanto as comunicações entre o fazendeiro e os portos foram precárias, ele representou o elo entre o fazendeiro e os centros maiores, suprindo-o de bens de consumo provenientes da cidade”.⁸¹

Havia também a figura dos “capitalistas”, termo geralmente utilizado para designar os indivíduos que vivam dos juros do dinheiro emprestado. Eles financiavam tanto a produção quanto o consumo. Os “capitalistas” e os comissários tinham em comum o fato de serem os financiadores dos fazendeiros e de fazerem estes empréstimos apenas a curto prazo e com taxas de juros elevadas: “ao conceder empréstimos a diversos fazendeiros de uma região o comissário agia como banqueiro regional”.⁸²

É preciso notar que estas figuras eram praticamente as únicas a fazerem empréstimos aos fazendeiros, porque estes tinham dificuldades de acesso ao crédito junto às instituições financeiras,

Os grandes bancos nacionais sediados na cidade de São Paulo preferiam concentrar suas operações de empréstimos nos empreendimentos comerciais de algum porte que atuavam na própria capital e em Santos, dada a maior lucratividade, a maior solvência e, conseqüentemente, o menor prazo de retorno do investimento que estas atividades ofereciam em comparação à produção de café. Os bancos estrangeiros, por sua vez, dedicavam-se ao financiamento da dívida pública, dos investimentos ferroviários e industriais.⁸³

⁷⁹ VICENTINI, Rita de Cássia Carvalho. O percurso de um precursor: as atividades de um empreendedor paulista na São Paulo imperial e republicana. Dissertação de mestrado, UNICAMP, São Paulo, 2007, p. 14.

⁸⁰ Idem, p. 15.

⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Op. cit.**, p. 210.

⁸² VICENTINI, Rita de Cássia Carvalho. **Op. cit.**, p. 14.

⁸³ TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques Faleiros; TEODORO, Rodrigo da Silva. Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. In **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, jul-set 2007, v. 6, p. 415.

As dificuldades de financiamento para as lavouras de café se deviam ao fato de ser um setor muito instável, cheio de oscilações e principalmente havia incertezas em relação à venda da produção. Além disso, os novos cafezais levavam em média quatro anos para começarem a produzir, sendo a primeira colheita reduzida. Somente após seis anos eles atingiam a produção máxima. Devido a estes fatores os bancos nacionais procuram fazer investimentos em setores com retorno mais rápido e mais garantido.

À medida que foi ocorrendo a expansão das fazendas para o oeste, a capacidade de financiamento dos comissários mostrou-se insuficiente. Era necessário que os bancos fizessem este financiamento. Em 1856, foi aberto o primeiro banco na província de São Paulo, a Caixa Filial do Banco do Brasil.

Embora não fosse um banco propriamente paulista, a composição de sua diretoria não deixa dúvidas quanto à procedência econômica de seus membros. Nela encontramos os seguintes nomes: Francisco A. de Souza Queiroz, Joaquim José dos Santos Silva, Barão de Tietê (João Manoel da Silva), Jaime da Silva Telles, Thomas Luiz Álvares, Francisco Garcia Ferreira, Joaquim Timóteo de Araújo, Major Francisco José de Azevedo e Martinho da Silva Prado. (...) dos nomes da diretoria acima, vários terão vínculos com as empresas ferroviárias. Foi o caso de Marinho da Silva Prado, Francisco A. de Souza Queiroz e Joaquim José dos Santos Silva, ligados a Paulista. O primeiro, ao lado do Barão de Tietê, era também vinculado à Mogiana. A família Prado, aliás, detinha quase 50% das ações do banco.⁸⁴

Houve muito bancos que poderiam ser listados aqui, mas a limitação deste trabalho não nos permite fazê-lo. Passemos para outro banco que foi importante no final do Império e acabou se tornando, na Primeira República, um dos bancos paulistas mais importantes para os negócios deste estado, trata-se da Casa Bancária da Província de São Paulo. Vê-se que muitos dos acionistas deste banco são grandes cafeicultores e que muitos destes nomes estão presentes em outros empreendimentos como empresas ferroviárias.

A casa da Província de São Paulo, de 1885, principal instituto paulista de crédito no final do Império, não foge à regra. Entre seus sócios podemos encontrar os seguintes nomes: Fidélis Nepomuceno Plates, Conde de Três Rios (Joaquim Egídio de Souza Aranha). Barão de Piracicaba (Antônio Paes de Barros), Martinho da Silva Prado, João Batista de Mello Oliveira, Barão de Mello Oliveira (Luiz José de Mello Oliveira), Manoel Carlos Aranha, Pedro Egídio de Souza Aranha, José Estanislau do Amaral, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Parnaíba (Antônio de Queiroz Telles), Carlos P. Nielsen e Antônio Luiz Tavares (gerentes do *London & Brazilian Bank* em São Paulo e Santos), Bendito A. Viera Barbosa, Joaquim Timóteo de Araújo Júnior, Manoel Bonifácio da Silva Batista e Fernando Augusto da Rocha. A maior parte desse grupo era formada de grandes fazendeiros de café que vinham diversificando os seus investimentos e concentrando em suas mãos a riqueza da província.⁸⁵

⁸⁴ PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Op. cit.**, p. 61.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 61-62.

Em 1890, a Casa Bancária da Província de São Paulo deixou de existir e dela se originou o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 1890 por Antônio Prado e por ele dirigido até 1920, tornando-se o principal pilar dos investimentos da família Prado.⁸⁶

Os bancos paulistanos estavam vinculados, através de seus acionistas e diretores, tanto à atividade agrária como ao comércio e ao setor de transportes ferroviários, revelando ser o avanço da atividade bancária o resultado da expansão da economia cafeeira. Tal expansão fez da Capital de São Paulo um centro financeiro que fortaleceu-se em detrimento das atividades financeiras de Santos, sede do comissariado paulista.⁸⁷

Faz-se necessário mencionar aqui a presença dos bancos estrangeiros no Brasil, uma vez que tiveram grande importância nos negócios durante a Primeira República, notadamente pelos empréstimos ao governo federal e aos governos estaduais. Estes bancos se instalaram no Brasil ainda no Império, “desde 1862, ingleses, italianos e franceses fundam estabelecimentos”.⁸⁸ Vejamos o que disse Edgard Carone a respeito da atuação destes bancos:

A função deste ramo do capitalismo estrangeiro é a de intermediário entre as praças comerciais estrangeiras e o Brasil, numa época em que a correspondência e as comunicações são lentas e demoradas, em que os bancos brasileiros não tinham filiais fora do país; assim, todo controle da exportação está nas mãos daqueles bancos. Também recebem os depósitos feitos pelas colônias estrangeiras, além de servirem como intermediários para os empréstimos federais e estaduais.⁸⁹

4.3 – Um modelo de fazendeiro-empresário

Antônio da Silva Prado nasceu em 1840 em São Paulo, foi um personagem bem influente e atuante tanto no Império quanto na Primeira República, ficou conhecido como Conselheiro Antônio Prado, por ter desempenhado esta função no Império. Era de uma família tradicional, que tinha enriquecido graças ao comércio e ao cultivo de cana-de-açúcar. Antônio da Silva Prado estudou na Faculdade do Largo de São Francisco, formando-se em direito em 1861; logo depois foi para Paris onde realizou seu curso de especialização.⁹⁰ Desempenhou várias funções em sua vida, foi fazendeiro, empresário e político.

⁸⁶Ibidem, p. 62.

⁸⁷Ibidem, p. 61.

⁸⁸CARONE, Edgard. **Op. cit.**, p. 134.

⁸⁹Idem.

⁹⁰RICARDI, Alexandre. A Companhia de Água e Luz de São Paulo e suas relações de conflito na formação do parque elétrico Paulistano, 1890-1910. USP, Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, outubro de 2003, p. 159.

Vejamos primeiro a respeito de sua atuação política. Seu primeiro cargo público foi como delegado de polícia; em 1869 é eleito deputado geral por São Paulo com mandato até 1872, reeleito por mais de cinco mandatos. Adquiriu maior destaque quando passou a ocupar cargos no poder Executivo.⁹¹ Como um dos exemplos desta atuação no Executivo, Antônio Prado exerceu o cargo de Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1885 a 1888 e neste cargo teve forte participação nas políticas que visavam atrair imigrantes para as fazendas de café, sendo que, neste período, ele já fazia parte da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. Em 1898, Antônio da Silva Prado foi eleito vereador de São Paulo e, em 20 de novembro, o Legislativo municipal de São Paulo o nomeou para o cargo de prefeito da cidade,⁹² (...) cargo que foi desempenhado por Antônio Prado de janeiro de 1899 a janeiro de 1911.⁹³

Foi um fazendeiro bem sucedido, buscou sempre aplicar inovações nas suas fazendas. Um traço comum de sua personalidade, descrita em sua biografia, é que herdou da família o gosto pelos negócios das fazendas: “Antônio da Silva Prado, cuja família sempre estivera na vanguarda de todos os progressos significativos no sistema das fazendas, abriu pessoalmente fazendas no Oeste Paulista entre 1866 e 1889”.⁹⁴ Junto com seu pai, Martinho Prado, e seu irmão, Martinho Prado Júnior, abriram em Sertãozinho uma fazenda que veio a ser a maior do estado de São Paulo, com 3.500.000 pés de café.

Antônio Prado esforçando-se para multiplicar sua produção agrícola, diversificando os bens produzidos, nas terras que não eram propícias para o cultivo do café usou-as para a criação de gado. Procurou modernizar suas fazendas sempre que possível, fosse com o transporte ou com a maquinaria agrícola. Em relação a esta maquinaria agrícola, Prado foi um dos financiadores de Engelberg,⁹⁵

Não se pode falar de Antônio Prado sem mencionar a atuação de sua família, pai e irmão especialmente, porque na grande maioria das vezes faziam investimentos em conjunto, de modo que reunindo suas ações eles detinham uma parte considerável das empresas, como foi o caso da

⁹¹ RICARDI, Alexandre. **Op. cit.**, p. 159.

⁹² A partir de janeiro de 1890, a cidade de São Paulo passou a ser governada por um Conselho de Intendentes e, em 1892, os intendentes nomeados pelo governo estadual, passaram a ser escolhidos entre os vereadores. (...) Em 1898 foi criado o cargo de prefeito, que assumiu o controle de toda a administração municipal, sendo ele indicado pela Câmara Municipal. A partir de 1908, o prefeito era o fazendeiro e industrial Antônio da Silva Prado. (RICARDI, 2003, p. 96, nota 91)

⁹³ RICARDI, Alexandre. **Op. Cit.**, p. 167.

⁹⁴ DEAN, Warren. **Op. cit.**, p. 53.

⁹⁵ Evaristo Conrado Engelberg (1853-1932), engenheiro mecânico, natural de Piracicaba, inventor de máquinas de beneficiamento de arroz e de café. (RICARDI, 2003, p. 162, nota 199.)

filiar do Banco do Brasil, em São Paulo, aberta em 1856, “em que a família Prado detinha quase 50% das ações do banco”.⁹⁶ Veja abaixo outros exemplos da atuação conjunta da família:

Em 1882, Antônio da Silva Prado fez parte da diretoria da Companhia Carris de Ferro e São Paulo Juntamente como Francisco de Paula Mayrink, banqueiro do Rio de Janeiro, diretor e principal acionista da Sorocabana. Nessa Companhia de serviços urbanos Mayrink possuía 1.250 ações num total de 7.000 e a família Prado 875 ações, entre Martinho, Antônio e Eleutério Silva Prado, é mais um exemplo de diversificação financeira em que a família procurou investir. (...) Além da Carris de Ferro de São Paulo e da Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, Martinho da Silva Prado, seus filhos e genros, investiram na empresa de águas e esgotos de Ribeirão Preto, obtendo também a concessão da empresa de energia elétrica daquela cidade.⁹⁷

Warren Dean comparou Antônio Prado ao maior empresário do setor industrial brasileiro na Primeira República, o imigrante italiano Francisco Matarazzo. Em suas palavras: “assim como Antônio da Silva Prado é modelo de fazendeiro-empresário, assim também Francisco Matarazzo é modelo do imigrante-empresário”.⁹⁸ O trecho abaixo é uma boa síntese da trajetória deste personagem.

Antônio da Silva Prado parece ser o único exemplo para o modelo: fazendeiro, comerciante, banqueiro, industrial. Prado parece reunir todas as condições para ser considerado como tipo ideal do empresário brasileiro dessa fase: ele foi grande proprietário e produtor de café, ele próprio se dedicou à exportação de café, foi diretor de banco, foi diretor de ferrovia e organizou e dirigiu diversas fábricas, entre as quais a Vidraria Santa Marina. De outro lado, foi ministro de Agricultura no período imperial. Como ministro foi o principal personagem na busca do caminho que tornou possível promover a abolição da escravatura e a imigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil em tempos congruentes com a preservação da economia de exportação.⁹⁹

A família Silva Prado, tendo Antônio como seu membro mais proeminente, serve como exemplo dos empresários paulistas na Primeira República, estes que souberam se adaptar as novas condições impostas pelo capitalismo mundial e as dificuldades e limitações internas, relativas ao capital, à mão de obra e à necessidade de transporte. Os membros da família Prado conseguiram contornar as dificuldades da produção do café em si, por ser um produto que demorava certo tempo para produzir; portanto, para dar retorno ao investimento e este retorno ainda era limitado a um determinado período, o da colheita. Somado a estes fatores, havia a dificuldade quanto ao financiamento dos investimentos, tais como a especulação. Os estudos

⁹⁶ PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Op. cit.**, p. 61.

⁹⁷ RICARDI, Alexandre. **Op. cit.**, p. 166.

⁹⁸ DEAN, Warren. **Op. cit.**, p. 69.

⁹⁹ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 112.

sobre o tema mostram que quem mais lucrava com os negócios do café era quem comercializava o produto. A respeito destas dificuldades a família Prado, assim como outras, soube se organizar por meio de sociedades anônimas, criando bancos, estradas de ferro e investindo em serviços públicos. Através destas sociedades puderam expandir os negócios além dos recursos que dispunham.

4.3.1 – As Casas Comissárias e a atuação da Prado Chaves

Foi falado anteriormente sobre a atuação dos comissários e das casas comissárias no tocante ao financiamento com café, examinemos agora suas atividades relacionadas ao comércio do café. O comissário “recebia o café nos portos, armazenava-o e vendia, procedendo-se a seguir ao acerto de contas, que abrangia a comissão pela venda, as despesas de armazenamento, os juros das importâncias adiantadas”.¹⁰⁰ Com estas funções as casas comissárias conseguiam reter boa parte do capital cafeeiro e ao cafeicultor cabia uma parte mínima destes rendimentos.

Como se pode perceber, os maiores lucros com os negócios do café ficavam nas mãos dos comerciantes e não dos fazendeiros. Antônio Prado com seu tino para os negócios, não deixou de atuar também na comercialização do café, por meio das casas comissárias Companhia Prado Chaves Exportadora e a Prado Chaves e Cia, que seriam “o braço negociador da portentosa produção cafeeira da família”.¹⁰¹

Fundadas em associação com seu cunhado Elias Chaves, também dono de imensa fortuna e negócios no café, nas ferrovias e na incipiente industrialização paulista, a Prado Chaves seria uma casa entre vinte outras casas brasileiras, negociando em um universo composto por cerca de setenta casas comissárias que participavam do comércio exportador, sendo todas as demais casas estrangeiras que dominavam o setor.¹⁰²

A Prado Chaves foi a casa comissária, cujos donos eram brasileiros, que teve maior projeção em um mercado praticamente dominado por firmas inglesas. Entre as dez maiores empresas exportadoras de 1895 a 1907, a Companhia Prado Chaves era a única de propriedade de brasileiros, ocupando a sétima posição com um total de 3.370.864 sacas exportadas, sendo que em primeiro lugar estava a Theodor Wille&Co., que exportou 16.018.262 sacas neste mesmo período.

¹⁰⁰ FAUSTO, Boris. **Op. cit.**, p. 210.

¹⁰¹ RICARDI, Alexandre. **Op. cit.**, p. 164.

¹⁰² Idem.

Conclusão

A participação brasileira do comércio exterior durante a Primeira República foi essencial para a inserção do Brasil nesta nova fase do sistema capitalista; afinal a economia já funcionava com o modelo de exportação de produtos agrícolas e importação de bens de consumo não duráveis (alimentos e têxteis), bens de consumo não duráveis (móveis, por exemplo) e bens de capital (máquinas). O comércio interno pouco estruturado no Brasil foi um problema que teve consequências negativas para a expansão da indústria nacional. De uma forma geral, as exportações de maior vulto e que se mantiveram na pauta de exportação por mais tempo contribuíram para desenvolver as regiões onde estas mercadorias eram comercializadas, surgindo cidades nas imediações. Em São Paulo isso aconteceu de forma mais expressiva, afinal, neste estado, se produzia o item de exportação mais valioso que o Brasil possuía: o café. Além disso, a elite local soube fazer uso do capital, em especial por terem diversificado os investimentos.

Quanto às inversões externas, o interesse das economias capitalistas centrais era investir em países agrícolas, como o Brasil, com o objetivo realizar melhorias em setores que tornassem mais eficaz o comércio dos produtos que eram de seu interesse. A maior destinação destes investimentos era no setor de infraestrutura, como ferrovias e portos. Assim como, os diversos bancos estrangeiros que foram abertos no Brasil tinham como objetivo principal o de financiar empreendimentos dos seus países de origem. Outro ponto a se considerar é a grande porcentagem destes investimentos que representavam empréstimos a governos, estes tinham um ponto negativo: o pagamento de juros altos. Mas em uma visão mais ampla, estes investimentos trouxeram benefícios para o comércio externo e interno no Brasil.

Os fazendeiros paulistas tiveram uma presença importante na política brasileira a partir de meados do século XIX e durante a Primeira República e a força político-partidária advinda do estado de São Paulo serviu, em grande medida, para favorecer os interesses econômicos dos setores envolvidos com a atividade cafeeira. Isto também explica parte do sucesso nos negócios, como, por exemplo, a vitória na disputa entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a inglesa São Paulo Railway pela construção da linha que ligava Campinas a Rio Claro. Segundo Boris Fausto, a Paulista foi beneficiada por várias medidas governamentais adotadas a seu favor, ganhando assim a concessão.¹⁰³ Ainda mais representativo da importância dos cafeicultores paulistas na política nacional foi o convênio de Taubaté, momento em que,

¹⁰³FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**, O Brasil Republicano. Estrutura de poder e Economia (1889-1930). 3ª ed. São Paulo: Difel, Tomo III, Vol. 1, 1982, p. 200.

decidiram assumir o controle da política econômica cafeeira fazendo uma intervenção visando garantir melhores preços e controlar a produção. Mas, os desdobramentos do convênio tiveram consequências para a economia de todo o país.

As ferrovias desempenharam um papel fundamental no estado de São Paulo, por vários motivos, a começar pela sua função básica: o transporte de café. Sem as ferrovias dificilmente o Brasil teria conseguido suprir a demanda do mercado mundial por café. Com menor volume de exportações, a acumulação de capital não teria se dado nas proporções que foram e, conseqüentemente, isso teria afetado outros setores como o comércio importador, que foi um dos principais indutores da industrialização de São Paulo. Teria comprometido também o setor bancário e os investimentos em obras públicas e serviços básicos.

Outro papel importante das ferrovias foi de integração regional, pois possibilitaram a comunicação com as fazendas mais distantes e a mudança dos fazendeiros paulistas das áreas rurais para as urbanas, propiciando a eles um maior engajamento nas engrenagens do capitalismo. Assim, puderam: diversificar seus investimentos; levar adiante empreendimentos que facilitavam seus negócios, como a criação de firmas para a prestação de serviços públicos; ocupar espaços políticos para facilitar a administração dos negócios, dentre outros. Enfim, a presença dos fazendeiros nas cidades contribuiu para melhorar a administração dos variados setores do complexo cafeeiro.

Fontes e Bibliografia

Fontes:

Decreto nº 164, de 17 de Janeiro de 1890, disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-164-17-janeiro-1890-518020-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 23 de maio de 2015.

Exportações (FOB), Importações (FOB) e Balança Comercial: 1901- 1914. Disponível no sítio do IBGE, em estatísticas do século XX, setor externo, tabelas.

<http://seculoxx.ibge.gov.br/pt/economicas/setor-externo/tabelas>

Acessado em 28 de maio de 2015 às 16h20min.

Ministros da Fazenda no governo Deodoro da Fonseca, disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/deodoro-fonseca/ministerios>

Acessado em 19 de Junho de 2015 às 21h15min

Ministros da Fazenda no governo Floriano Peixoto, disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/floriano-peixoto/ministerios>

Acessado em 19 de Junho de 2015 às 21h15min

Bibliografia

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1964.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

BOTELHO JÚNIOR; Cid de Oliveira. **Instabilidade Financeira na Primeira Década Republicana**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Curso de Mestrado em Economia, Campinas, fevereiro, 2002.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000246437>

Acessado em: 06 de abril de 2015 às 23h11min

BUESCU, Mircea. **Brasil: problemas econômicos e experiência histórica**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1985.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Porto Alegre: Globo, Vol. 2, 1977.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1970.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil(1860-1913)**. Dissertação de mestrado em economia. UNICAMP, Campinas, 1976.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira, O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 3ª ed. São Paulo: Difel, Tomo III, Vol. 1,1982.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982.

FRANCO, Gustavo H. B.; CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. **O processo econômico/ A economia da Primeira República: 1889-1930**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação**. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

LUZ, Nícea Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENEGHETTI, Carla Beni. **A precariedade da administração monetária em um país periférico sob as regras do padrão ouro: Brasil, 1888-1900**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Curso de Mestrado em Economia, Campinas, 2006.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378835>

Acessado em: 06 de abril de 2015 às 23h05min

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e Instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)**. Tese de Doutorado, UNICAMP. Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, 1997.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000119804>

Acessado em: 10 de maio de 2015 às 14h13mim.

PRADO JÚNIOR; Caio. **História econômica do Brasil**. 48ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RICARDI, Alexandre. A Companhia de Água e Luz de São Paulo e suas relações de conflito na formação do parque elétrico paulistano, 1890-1910. USP, Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, outubro de 2003.

Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31102013-104643/en.php>

Acessado em: 21 de Junho de 2015 às 20h50min.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques Faleiros; TEODORO, Rodrigo da Silva. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. In **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, v. 16, jul-set 2007, p. 405-426.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1072>

Acessado em 26 de junho de 2015 às 22h 28 min.

VICENTINI, Rita de Cássia Carvalho. O percurso de um precursor: as atividades de um empreendedor paulista na São Paulo imperial e republicana. Dissertação de mestrado, UNICAMP, São Paulo, 2007.

Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04122007-111730/pt-br.php>

Acessado em: 25 de Junho de 2015 às 18h22min.

Declaração de autenticidade

Eu, Marcelo Aparecido de Brito, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **As atividades econômicas brasileiras: São Paulo (1889-1913)** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 14 de Julho de 2015.